

Ajuste fiscal: venceremos a batalha?

O GLOBO

LUIZ CARLOS TRABUCO CAPPI

A definição das políticas monetária e cambial, a revisão do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a liberação de recursos de organismos como o BID e a visita da equipe econômica aos bancos privados internacionais trouxeram novo alento ao cenário. Mais que os efeitos de curto prazo, permitiu recolocar as expectativas dos agentes econômicos nos trilhos, o que enseja trazer de volta uma questão crucial: afinal, conseguiremos vencer a batalha do ajuste fiscal?

É quase impossível tentar uma resposta, mas continuamos otimistas. E a razão é simples. Pelo que se percebe, o pensamento dos formadores de opinião está convergindo para três conclusões básicas: a estabilidade definitiva ainda depende de um ajuste fiscal; este ajuste deve contemplar o longo prazo para ser eficaz; o ajuste fiscal eficaz deriva da mudança de modelo da Previdência Social.

No final do ano passado preparamos uma reflexão no âmbito da Associação Nacional da Previdência Privada (Anapp) cujo eixo central defendia a necessidade de se instituir uma abordagem macroeconômica para a questão da reforma da Previdência.

De lá para cá, houve avanços importantes. No terreno conceitual, a Previdência Social foi consagrada como assunto estritamente econômico. E, na prática, foram aprovados os itens do pacote fiscal do final do ano passado que mudaram algumas regras da Previdência. Havia a esperança de que fatos novos no início deste ano iriam dar seqüência ao

processo de reforma da Previdência, mas dificuldades conjunturais acabaram interrompendo o caminho.

Agora, superadas algumas das indefinições de política econômica, a conjuntura torna-se novamente apropriada para a reabertura da agenda de trabalho.

No trabalho da Anapp, levantamos alguns pontos de excepcional pesquisa realizada pelo professor Alberto Alesina, Ph.D por Harvard e titular da cadeira de economia e governo na própria Harvard. A pesquisa estudou os casos de 62 países que tinham em comum problemas de elevado déficit público gerado por descontrole de gastos com seguridade social e

Medidas fiscais de emergência não produzem mais efeito

ferindo bem-estar à sociedade na forma de redução dos juros e retomada do desenvolvimento consistente.

Outro grupo de países preferiu simplesmente aumentar impostos. Eles fracassaram no ajuste fiscal pois atacaram um problema que requer disciplina fiscal, com aumento da malha tributária. Apesar de conseguir equilíbrio fiscal transitório com o reforço de caixa proporcionado pela maior arrecadação imediata, estes países voltaram a enfrentar o problema do déficit público logo depois.

A equação é reveladora: gastos com

seguridade social e funcionalismo mantêm tendência constante de crescimento no tempo, consumindo rapidamente os ganhos conseguidos pela elevação de impostos. Portanto, a forma de combate ao problema do déficit público passa necessariamente pelo corte de gastos e reforma do modelo de seguridade social.

As conclusões do levantamento do professor Alesina servem de importante matéria-prima de reflexão. Fica claro, ali, que a disciplina fiscal é hoje o elemento condicionante para a percepção dos investidores sobre a vulnerabilidade de um país.

O ajuste fiscal é uma exigência de convivência no mundo globalizado. Por exemplo, para que os países pudessem se tornar membros da União Européia, foi preciso respeitar a obrigação de um déficit público máximo de 3%. O Brasil está na faixa dos 8% e o horizonte aponta para uma curva ascendente, principalmente pelo desequilíbrio da Previdência Social.

Para se ter uma idéia, o déficit da Previdência Social brasileira ficou em R\$ 42 bilhões no ano passado. A fatia dos benefícios pagos para os aposentados do setor público federal contribuiu com R\$ 18 bilhões do total. Funcionários públicos aposentados de estados e municípios adicionaram mais R\$ 16 bilhões na conta devedora. O INSS, sistema que responde pelos benefícios aos trabalhadores do setor privado, ficou com um déficit de R\$ 7,8 bilhões.

Mesmo com os ganhos resultantes da rodada de votações no Congresso, na virada do ano, as previsões apontam para a continuidade da taxa de crescimento do déficit da Previdência em 1999. Segundo os especialistas em contas nacionais, o saldo negativo deverá sorver R\$ 49 bilhões dos contribuintes. Este volume de dinheiro representa uma violenta trans-

ferência de recursos que poderiam estar servindo para financiar atividades sociais, como saúde e educação.

Para costurar remendos, o setor público se sustenta vendendo lotes crescentes de papéis da dívida, o que determina que o Brasil pratique a maior taxa real de juros do mundo, o que agrava ainda mais as contas públicas, e adote uma das maiores cargas tributárias do mundo sobre a atividade empresarial.

Reinic平 a discussão para uma segunda rodada de reformas da Previdência Social, que contemple uma alteração profunda no modelo atual, seria uma ótima forma de enfrentar o problema de frente.

A maioria dos países adota modelo previdenciário que concilia assistencialismo e capitalização para formação de poupança privada. O ideal seria, assim, associar um regime básico sob responsabilidade do setor público, com finalidades assistenciais, e um regime de previdência privada, que proporcione a acumulação de poupança de longo prazo.

Dado que um dos principais fatores de sustentação do crescimento econômico é a capacidade de geração de poupança doméstica, uma reforma nestes moldes acabaria por fomentar a volta do desenvolvimento.

Em nossa avaliação, medidas fiscais de emergência não sensibilizam mais o humor dos agentes econômicos, pois, além de ter eficácia duvidosa, passam a sensação de falta de planejamento de longo prazo do Governo. O urgente, por isso, seria reabrir a agenda para preparar um novo ciclo de reformas. Sempre haverá equipes com talento para tocar este assunto.

LUIZ CARLOS TRABUCO CAPPI é presidente da Associação Nacional da Previdência Privada (Anapp) e vice-presidente do Bradesco.